

Palavras que ferem: análise terminológico-discursiva da Aids na imprensa brasileira nos anos de 1980

Alessandra Nunes de Oliveira ^I

<https://orcid.org/0000-0002-7662-5686>

Jetur Lima de Castro ^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-9983-136X>

^I Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

^{II} Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil

Resumo: O estudo analisa a cobertura jornalística da Aids no Brasil durante a década de 1980, destacando o papel da linguagem na produção de estigmas sociais. Nesse contexto, o desconhecimento científico inicial, aliado ao sensacionalismo midiático, favoreceu a associação da doença à homossexualidade masculina. Diante dessa constatação, buscou-se mapear e modelar, sob perspectiva terminológico-discursiva e da Organização do Conhecimento, o repertório de termos estigmatizantes associados à Aids na imprensa brasileira dos anos 1980, de modo a explicitar uma estrutura categorial passível de integração a vocabulários controlados e a estratégias de recuperação da informação em acervos hemerográficos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, fundamentada na Teoria Comunicativa da Terminologia e na Análise Crítica do Discurso. O corpus foi constituído a partir de levantamento sistemático na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, abrangendo matérias publicadas entre 1980 e 1989 em sete jornais brasileiros de circulação nacional e regional. Como complemento, foram consultados relatórios oficiais do Centers for Disease Control, a fim de contextualizar a emergência da síndrome no cenário internacional. Os resultados oferecem subsídios para a Organização do Conhecimento, ao sistematizar um repertório terminológico passível de integração a vocabulários controlados e instrumentos de recuperação da informação. Conclui-se que a imprensa exerceu papel intenso na reprodução de preconceitos e na consolidação de estigmas, dificultando a formulação de respostas em saúde pública pautadas na equidade e no rigor científico. A análise terminológica, articulada à perspectiva discursiva, evidencia a relevância da informação jornalística na construção social da Aids.

Palavras-chave: Aids; terminologia; organização do conhecimento; discurso jornalístico; estigma social

1 Introdução

O final dos anos 1970 e o início da década de 1980 caracterizaram-se por intensas transformações sociais, políticas e culturais em diversas regiões do mundo. Nesse período, ocorreram mudanças aceleradas nos modos de comunicação, ampliação dos debates públicos sobre saúde e emergência de novos desafios epidemiológicos, que colocaram à prova as práticas médicas e preventivas vigentes. A década de 1980 demandou respostas imediatas das instituições de saúde pública e dos sistemas de vigilância sanitária diante do surgimento de agravos até então desconhecidos.

Entre esses acontecimentos, a emergência da Aids constituiu-se como um marco sanitário e social. Em 1981, o *Morbidity and Mortality Weekly Report* (MMWR), publicação do Centers for Disease Control (CDC), divulgou o relato de cinco casos de uma infecção pulmonar rara, pneumonia por *Pneumocystis carinii*, em jovens previamente saudáveis na Califórnia. A gravidade dos quadros e a presença de infecções oportunistas indicavam comprometimento imunológico ainda não explicado. Em 1982, o CDC oficializou a denominação Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) e apresentou a primeira definição de caso, estabelecendo parâmetros para monitoramento epidemiológico (Center for Disease Control, 1981).

A partir desse momento, informações sobre a nova síndrome passaram a circular de forma intensa na imprensa internacional, frequentemente acompanhadas de incertezas e leituras biomédicas parciais, dada a escassez de conhecimentos consolidados sobre sua etiologia, formas de transmissão e evolução clínica. No Brasil, as primeiras reportagens publicadas em veículos impressos exerceram influência determinante na construção dos sentidos sociais atribuídos à doença e aos grupos nela implicados.

O modo como a Aids foi noticiada contribuiu para a construção de estigmas, sobretudo em relação à comunidade homossexual masculina, frequentemente classificada como “grupo de risco” e responsabilizada pela disseminação do vírus. Conforme Goffman (1988), o estigma social consiste em um atributo que desqualifica moralmente indivíduos ou grupos, deslocando-os de uma condição de aceitação para outra de inferiorização e exclusão. Esse processo manifesta-se por meio da produção

de marcas que associam determinadas identidades a significados negativos, reforçando barreiras sociais e alimentando imaginários discriminatórios.

No contexto da epidemia de Aids, a imprensa brasileira veiculou terminologias com forte carga patologizante, como “peste gay”, “câncer gay” e “mal dos gays”, criando um campo discursivo que vinculava determinados segmentos sociais à degeneração física e moral. Nesse cenário, o objetivo do presente artigo consiste em examinar, a partir de abordagem terminológica e discursiva, os termos e denominações veiculadas pela imprensa brasileira nos anos 1980, buscando identificar de que forma tais enunciados reforçaram estigmas voltados à comunidade homossexual e influenciaram narrativas públicas sobre a epidemia.

A análise procura compreender de que modo a circulação de determinados termos contribuiu para a consolidação de imaginários discriminatórios e para a patologização de grupos sociais, evidenciando mecanismos discursivos de controle em funcionamento naquele contexto histórico. Para alcançar esse objetivo, adotou-se abordagem qualitativa de caráter documental, complementada por revisão bibliográfica.

O corpus documental foi constituído por meio de levantamento sistemático na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, reunindo matérias jornalísticas publicadas entre 1980 e 1989 que abordassem a epidemia e fizessem menção direta ou indireta à comunidade homossexual. Foram analisados sete jornais brasileiros de ampla circulação: A Tribuna (São Paulo), Correio Braziliense (Distrito Federal), Diário do Pará (Pará), Diário de Pernambuco (Pernambuco), Correio de Notícias (Paraná), Última Hora (Rio de Janeiro) e Jornal do Brasil (Rio de Janeiro). Embora o foco da análise recaia sobre esses veículos, os termos identificados circularam amplamente em outros jornais, indicando difusão nacional desse vocabulário.

A identificação das ocorrências terminológicas foi realizada por meio de busca sistemática na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Inicialmente foram utilizadas consultas por palavras-chave correspondentes às principais denominações identificadas na literatura e na imprensa da época, tais como “câncer gay”, “peste gay”, “doença gay”, “doença de homossexuais”, “síndrome gay” e “mal dos gays”. As buscas foram delimitadas ao período entre 1980 e 1989 e posteriormente refinadas por periódico, permitindo a identificação das matérias completas. Em seguida,

procedeu-se à leitura integral das notícias recuperadas, com registro das ocorrências terminológicas, identificação do jornal, data de publicação e contexto discursivo de uso. Esse procedimento possibilitou construir o corpus documental analisado na pesquisa.

Além do levantamento nos jornais, realizou-se consulta aos relatórios do CDC disponíveis online, referentes à década de 1980, a fim de contextualizar o surgimento da síndrome e as respostas institucionais registradas nos primeiros anos da epidemia. A análise das publicações identificou seis termos com forte conteúdo estigmatizante: “câncer gay”, “doença gay”, “doença de homossexuais”, “mal dos gays”, “peste gay” e “síndrome gay”. A distribuição e frequência desses termos nos diferentes periódicos serão apresentadas na seção de análise, acompanhadas de tabelas que sistematizam os dados.

No campo da Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento (OC) não pode ser compreendida como uma prática restrita à concepção e aplicação de instrumentos técnico-normativos, ainda que estes constituam um de seus núcleos estruturantes. A literatura especializada tem indicado, de forma consistente, a existência de um duplo estatuto da OC, um sentido estrito, voltado à construção de sistemas formais de organização, tais como classificações, tesouros, ontologias e políticas de indexação, e um sentido amplo, que abarca os processos sociais, históricos e culturais por meio dos quais os conhecimentos são produzidos, comunicados, legitimados e estabilizados socialmente (Hjørland, 2008). Sob essa perspectiva, a análise de materiais jornalísticos revela-se pertinente não por seu valor informativo imediato, mas por sua função na organização do conhecimento de categorias que estruturam a inteligibilidade pública dos fenômenos e orientam modos de acesso, reconhecimento e recuperação da informação (Dahlberg, 1993; Andersen; Skouvig, 2006).

Essa abordagem converge com a compreensão da OC como um campo intrinsecamente vinculado às dinâmicas sociais do conhecimento, nas quais se articulam linguagem, poder e práticas discursivas (Dahlberg, 1993; Andersen; Skouvig, 2006). Ao deslocar a análise do nível descritivo para o plano categorial, o foco do estudo recai sobre o papel da imprensa enquanto instância produtora e

estabilizadora de categorias terminológicas, atuando como um dispositivo de ordenação do conhecimento socialmente compartilhado.

Nesse enquadramento, o corpus jornalístico é tratado como materialidade documental e informacional, cuja organização discursiva participa ativamente da constituição de classificações informais, com efeitos diretos sobre interpretações sociais, processos decisórios e práticas de organização e uso da informação.

A organização do artigo estrutura-se da seguinte forma: a Seção 2 apresenta o contexto histórico da emergência da Aids nos Estados Unidos e os primeiros registros no Brasil; a Seção 3 discute a Teoria Comunicativa da Terminologia em diálogo com a perspectiva discursiva da OC; e a Seção 4 analisa as ocorrências terminológicas nos jornais, destacando os sentidos produzidos e seus efeitos de estigmatização.

2 Aids: emergência nos Estados Unidos e primeiros registros no Brasil

O intervalo que compreende o término da década de 1970 e os primeiros anos de 1980 assinala um momento de ruptura no campo da saúde pública, marcado por transformações epidemiológicas e repercussões socioculturais em escala global. Nesse intervalo, emergiram agravos até então circunscritos a nichos clínicos específicos, cuja expansão demandou novas formas de vigilância, de interpretação biomédica e de mediação social. O aparecimento de infecções oportunistas associadas a quadros de imunodeficiência, ainda desprovidas de etiologia conhecida, inscreveu-se em um cenário marcado por transformações comunicacionais e pelo aumento da visibilidade dos debates públicos em torno da sexualidade, do comportamento e do risco bem como por dimensões atravessadas por regimes morais e por relações de poder.

É nesse cenário que, em 5 de junho de 1981, o Centers for Disease Control (CDC) dos Estados Unidos publica, no *Morbidity and Mortality Weekly Report* (MMWR), o relatório inaugural sobre os casos de pneumonia por *Pneumocystis carinii* em jovens previamente saudáveis (Center for Disease Control, 1981a). Naquele momento, não se dispunha de nomenclatura consolidada para a síndrome, sendo o fenômeno identificado por meio do padrão incomum de infecções. O documento descrevia cinco casos diagnosticados em homens homossexuais atendidos em hospitais de Los Angeles:

No período de outubro de 1980 a maio de 1981, 5 jovens, todos homossexuais ativos, foram tratados para pneumonia por *Pneumocystis carinii* confirmada por biópsia em 3 hospitais diferentes em Los Angeles, Califórnia. Dois dos pacientes faleceram. Todos os 5 pacientes tinham infecção prévia ou atual por citomegalovírus (CMV) e infecção da mucosa por *Candida* confirmadas laboratorialmente (Center for Disease Control, 1981a, p. 250).

A investigação, conduzida por Gottlieb, Shandera e colaboradores do CDC, evidenciou a ocorrência de infecções raras, até então associadas quase exclusivamente a pacientes gravemente imunossuprimidos, como transplantados ou portadores de doenças hematológicas.

A nota editorial que acompanhava o relatório sinalizava a excepcionalidade dos casos e aventava, com base nos referenciais disponíveis à época, a hipótese de associação com “aspectos do estilo de vida homossexual” ou com enfermidade de transmissão sexual:

A pneumonia por *Pneumocystis* nos Estados Unidos é quase exclusivamente limitada a pacientes gravemente imunossuprimidos. A ocorrência de pneumocistose nesses 5 indivíduos previamente saudáveis, sem imunodeficiência subjacente clinicamente aparente, é incomum. O fato de todos esses pacientes serem homossexuais sugere uma associação entre algum aspecto de um estilo de vida homossexual ou doença adquirida por contato sexual e a pneumonia por *Pneumocystis* nessa população (Center for Disease Control, 1981a, p. 251).

Do ponto de vista retrospectivo, a formulação dessas hipóteses ilustra o modo como, em contextos de incerteza científica, o imaginário moral e as categorias sociais preexistentes informam a interpretação dos fenômenos. Conforme a clássica análise de Goffman (1988), o estigma constitui-se por meio da produção de atributos desqualificadores, que deslocam sujeitos de uma posição de normalidade para uma condição de desvio. No caso da Aids, a associação inicial entre a síndrome e a população homossexual consolidou um enquadramento discursivo que extrapolou o domínio médico, projetando-se na esfera midiática e nas políticas públicas de modo duradouro.

Ainda em 1981, outro elemento reforçou esse vínculo estigmatizante foi a recorrência de casos de *sarcoma de Kaposi* entre homens jovens sem histórico prévio de imunodeficiência. Em agosto do mesmo ano, o MMWR publicou o relatório *Follow-Up on Kaposi's Sarcoma and Pneumocystis Pneumonia*, registrando o acompanhamento de novos casos:

Vinte e seis casos de sarcoma de Kaposi (SK) e 15 casos de pneumonia por *Pneumocystis carinii* (PCP) entre homens homossexuais previamente saudáveis foram relatados recentemente. Desde 3 de julho de 1981, o CDC recebeu relatos de mais 70 casos dessas duas condições em pessoas sem doença subjacente conhecida. A maioria dos casos relatados de SK e/ou PCP ocorreu em homens brancos. A idade dos pacientes variou de 15 a 52 anos; mais de 95% eram homens de 25 a 49 anos. Noventa e quatro por cento (95/101) dos homens cuja preferência sexual era conhecida eram homossexuais ou bissexuais. Quarenta por cento dos casos relatados foram fatais [...] a maioria dos casos foi relatada em Nova York e Califórnia (Center for Disease Control, 1981b, p. 409).

A ampla difusão desses dados pela imprensa resultou na popularização de termos como “câncer gay”, exemplificando o que Sontag (2007) descreve como o recurso sistemático a metáforas moralizantes ou bélicas na nomeação de doenças. A terminologia estigmatizante consolidou-se como marcador de risco e identidade, produzindo efeitos concretos na resposta social e institucional à epidemia, inclusive dificultando a implementação de estratégias de prevenção e cuidado baseadas em evidências.

No decorrer de 1981 e início de 1982, a cristalização dessa associação tornou-se ainda mais visível. Em 11 de maio de 1982, o *The New York Times* veiculou a matéria *New Homosexual Disorder Worries Health Officials*, na qual apareceu a denominação *Gay-Related Immune Deficiency* (GRID), traduzida como Imunodeficiência Relacionada à Homossexualidade (The New York Times, 1982, tradução nossa). A adoção inicial desse termo ilustra como categorias biomédicas incipientes, ao circularem na esfera pública, podem reforçar estereótipos e alimentar processos de exclusão. Tal fenômeno, já observado por Treichler (1999) e Crimp (2002), evidencia que a Aids não pode ser compreendida apenas como entidade biomédica, mas como fato discursivo e cultural, no qual ciência, mídia e moralidade se entrelaçam.

A análise histórica desses registros demonstra que as narrativas inaugurais sobre a Aids desempenharam papel decisivo na produção de sentidos sociais sobre a doença e sobre os sujeitos por ela afetados. As hipóteses médicas iniciais, embora formuladas sob condições de desconhecimento científico, foram rapidamente apropriadas por discursos midiáticos e políticos, contribuindo para a consolidação de estigmas de longa duração.

A compreensão desse processo, mais de quatro décadas depois, segue fundamental para a formulação de respostas em saúde pública que privilegiem abordagens comunicacionais pautadas em equidade, direitos humanos e rigor científico, evitando a reprodução de narrativas moralizantes em novas crises epidemiológicas.

Figura 1 - The New York Times, 11 maio de 1982



Fonte: The New York Times (1982).

Na cobertura realizada pelo The New York Times, jornal de ampla circulação internacional e reconhecido prestígio, a emergência da nova síndrome foi noticiada em tom de alerta, destacando a incerteza quanto à sua etiologia e mencionando as denominações então em circulação no meio científico e midiático. A decisão editorial

de veicular, em um periódico de referência global, o título *New Homosexual Disorder Worries Health Officials* (“Nova desordem homossexual preocupa autoridades de saúde”) produziu intensa repercussão pública, porém com efeitos significativamente nocivos para a comunidade homossexual.

Tal escolha contribuiu para legitimar, na esfera pública, uma associação direta e estigmatizante entre a doença e esse grupo social, antes mesmo de se consolidarem evidências científicas conclusivas sobre sua natureza e formas de transmissão. A reportagem indicava a distribuição geográfica dos casos e salientava a concentração dos registros em estados norte-americanos com grandes centros urbanos e expressiva população homossexual, como Nova York e Califórnia:

A causa do transtorno é desconhecida. Os pesquisadores o chamam de AID (doença da imunodeficiência adquirida), ou GRID (doença relacionada à homossexualidade). A doença já foi relatada em 20 estados e sete países. Mas a esmagadora maioria dos casos ocorreu na cidade de Nova York (158), em outras partes do estado de Nova York (10), em Nova Jersey (14) e na Califórnia (71) (The New York Times, 1982, tradução nossa).

A repercussão desse enquadramento, oriunda de um veículo de alcance global, operou como vetor de legitimação de associação entre a nova síndrome e a homossexualidade masculina. Tal processo contribuiu para sedimentar, no imaginário social, a percepção de que a doença era intrinsecamente vinculada a uma identidade sexual específica, reforçando estereótipos e favorecendo a institucionalização de práticas de estigmatização que se reproduziram em diferentes esferas, inclusive na cobertura jornalística brasileira subsequente. Esse enquadramento inicial evidencia o papel performativo dos discursos midiáticos na construção social das doenças, conforme já apontado por autores que discutem o estigma como fenômeno discursivo e estrutural.

No plano biomédico, a formalização terminológica ocorreu posteriormente. Em 24 de setembro de 1982, o *Morbidity and Mortality Weekly Report* (MMWR), publicação científica oficial do Centers for Disease Control (CDC), utilizou pela primeira vez a designação AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*, ou “Síndrome da Imunodeficiência Adquirida”) em uma nota editorial intitulada *Update on Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS) - United States* (Center for Disease Control, 1982, tradução nossa).

Nesse documento, foi apresentada a primeira definição de caso para a doença, estabelecendo parâmetros clínicos e epidemiológicos que orientariam a vigilância e a notificação, ao mesmo tempo em que demarcavam uma mudança no regime de nomeação e classificação do agravo:

O CDC define um caso de AIDS como uma doença, pelo menos moderadamente preditiva de um defeito na imunidade mediada por células, que ocorre em uma pessoa sem causa conhecida para a diminuição da resistência a essa doença (Center for Disease Control, 1982, p. 508, tradução nossa).

Enquanto nos Estados Unidos avançavam-se as investigações e se consolidavam as primeiras definições clínicas e epidemiológicas sobre a nova síndrome, no Brasil o reconhecimento dos casos ocorreu de forma quase simultânea. Conforme Marques (2002), os primeiros registros de infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), agente etiológico da Aids, foram documentados em 1982 no estado de São Paulo. A análise de Sadala e Marques (2006) evidencia que, na primeira metade da década de 1980, a ocorrência de novos diagnósticos manteve-se concentrada nos grandes centros urbanos, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, refletindo padrões epidemiológicos relacionados à densidade populacional, à estrutura de serviços de saúde e às dinâmicas de visibilidade social do agravo. Essa concentração inicial evidencia, ainda, o papel das metrópoles como espaços privilegiados para a detecção de novos casos e para a produção de discursos sobre a epidemia, condicionando a forma como a doença foi narrada e compreendida no contexto nacional:

A AIDS ganhou a mídia no Brasil no dia 3 de junho de 1983 quando o jornal Folha de S. São Paulo publicava matéria com o título congresso debate doença comum entre homossexuais. Alguns dias depois, em 12 de junho, foi a vez do Jornal do Brasil: Brasil registra dois casos de câncer gay; enquanto o hoje extinto jornal Notícias populares estampava na edição 116 de junho a manchete Aids: doença de gays (Brasil, 2005, p. 18).

As reportagens publicadas no período não apenas informaram sobre a expansão da síndrome. Elas ajudaram a criar e difundir estigmas, reforçando a homofobia já presente na sociedade brasileira. Ao adotar enquadramentos moralizantes, o discurso da mídia transformou medo em narrativa pública e deslocou o debate da saúde para o campo da moral. Categorias médicas de risco tornaram-se

categorias sociais de identidade, com efeitos duradouros na forma como a epidemia foi respondida por instituições e pela sociedade:

A partir de 1983, a AIDS se transformou em notícia quase cotidiana na grande imprensa e também na imprensa sensacionalista. Algumas dessas matérias semearam pânico na população e cristalizaram imagens moralistas e discriminatórias que pouco correspondiam ao perfil da epidemia que se iniciava (Grangeiro; Silva; Teixeira, 2009, p. 90).

Meneghin (1996, p. 400) observa que a desinformação dos primeiros anos da Aids gerou efeitos sociais duradouros. A doença passou a ser associada a uma “enfermidade maligna”, percepção ampliada por uma cobertura midiática sensacionalista. Essa representação contribuiu para a marginalização e o silêncio de pessoas soropositivas, alimentando medo e preconceito.

No início dos anos 1980, o noticiário sobre a Aids tinha tom alarmista, estimulando reações de exclusão e desconfiança (Brasil, 2005). As escolhas lexicais da imprensa foram decisivas na construção dos sentidos atribuídos à doença e a seus portadores. Termos e rótulos veiculados nas reportagens funcionaram como instrumentos de classificação e reforço de estereótipos.

Essa dimensão linguística exige análise com base em referenciais que relacionem linguagem e recuperação da informação. A seção seguinte apresenta a Teoria Comunicativa da Terminologia, aplicada à investigação das terminologias e enquadramentos presentes no corpus jornalístico.

3 Teoria Comunicativa da terminologia e sua articulação discursiva na Organização do Conhecimento

A Organização do Conhecimento (OC) constitui campo estruturante da Ciência da Informação ao tratar dos modos pelos quais o conhecimento é sistematizado, representado e recuperado. A consolidação dessa área, comumente atribuída às contribuições de Ingtraut Dahlberg (1993, 2006) e à criação da International Society for Knowledge Organization (ISKO), evidencia que “conhecimento” designa aquilo que é sabido e “organização” refere-se ao ato de ordenar algo segundo determinado plano.

Nesse escopo, a OC tem como fundamento o processo de categorização aplicado à informação, com a finalidade de ordenar e tornar comunicáveis os saberes. Hjørland (2008) descreve essa área como um campo que abrange unidades de informação, relações entre tais unidades e instrumentos destinados à sua sistematização. Dahlberg (1993, p. 211) define o conhecimento como “[...] informação ordenada e digerida”, reforçando que a organização do saber é prática social, histórica e institucional.

Nesse sentido, a organização do conhecimento legitima sua identidade no campo da ciência através da prática que se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo, através dos fenômenos que é apresentado ao sujeito cognitivo (Medeiros; Café, 2008). A OC contribui para a comunicação humana, ao enfatizar suas investigações na comunicação de algum tipo de documentos produzidos pelas instituições que tem potencial uso representativo para outros seres humanos. Por isso, no ensino e na investigação em que a OC busca seus fundamentos e sua aplicação, pela perspectiva histórica e teórica, por meio dos estudos de conceitos e do desenvolvimento interdisciplinar que são importantes tópicos considerados para o progresso de estudos do campo (Broughton; Hansson; Hjørland; López-Huertas, 2005).

Dessa maneira, para a comunidade dos estudos da Ciência da Informação, Hjørland (2007) compreende a OC de modo interdisciplinar por meio da: Divisão social do trabalho (por exemplo, em disciplinas); Instituições sociais (por exemplo, em universidades); Linguagens e sistemas simbólicos; Sistemas e teorias conceituais; Literaturas e gêneros. A divisão social do trabalho se delinea através dos diferentes domínios de conhecimento. Conforme Barité *et al.* (2015), um domínio caracteriza-se pelas práticas ou interesses de uma comunidade, seja de área do conhecimento ou experiência humana. Os domínios possuem suas próprias estruturas conceituais, compostas por conceitos relacionados entre si, sob a perspectiva de um universo autônomo e de uma temática comum.

A produção contemporânea em OC tem destacado que o campo não se restringe a instrumentos formais de classificação, indexação ou descrição documental. Trata-se de atividade situada socialmente, que pressupõe comunidades que produzem, legitimam e distribuem conhecimento (Hjørland, 2003). Por isso, a OC opera em dois

níveis complementares: (i) em sentido estrito, orientada por instrumentos como classificações, tesouros, ontologias, sistemas de indexação e outros dispositivos; e (ii) em sentido amplo, referente aos processos coletivos de construção e estabilização de categorias cognitivas na sociedade (Guimarães, 2003). Esse entendimento demanda reconhecer que a categorização tem efeitos de poder ao definir formas de reconhecimento, exclusão ou visibilidade social.

Nesse panorama, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são compreendidos como dispositivos que articulam termos, definições e relações conceituais dentro de um domínio específico (Moura, 2018). Conceitualmente, isso significa que unidades terminológicas e categorias não atuam apenas como registros linguísticos, mas como elementos sociais que permitem identificar e diferenciar fenômenos, sujeitos e acontecimentos.

A incorporação da perspectiva discursiva torna-se necessária ao se considerar que os discursos de poder se realizam na linguagem. No campo jornalístico, Charaudeau (2018) caracteriza a notícia como produto discursivo vinculado a uma “instância de produção” regulada por metas de circulação, representações do público e estratégias de captação de audiência. Assim, a notícia não é mera reprodução dos fatos; trata-se de construção discursiva que seleciona, nomeia e enquadra acontecimentos, orientando leituras possíveis.

Esse entendimento converge com as proposições de Van Dijk (2018, 2020), segundo as quais o discurso constitui prática social permeada por relações de poder, ideologia e controle. No jornalismo, tais relações se materializam em escolhas lexicais, enquadramentos narrativos e estratégias argumentativas que organizam modos de pensar, atribuir sentido e produzir memória social.

Nesse contexto, a terminologia assume função estruturante. Krieger e Finatto (2018) descrevem unidades terminológicas como elementos que padronizam códigos linguísticos e cumprem função informativa e comunicativa, articulando linguagem natural e sistemas de recuperação da informação. A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), formulada por Cabré (2005), introduz uma abordagem descritiva que se contrapõe ao caráter normativo da Teoria Geral da Terminologia. A TCT concebe os termos como elementos do léxico ativados conforme necessidades

cognitivas, comunicativas e sociais, organizando-se em três eixos de análise: teoria do conhecimento, teoria da comunicação e teoria da linguagem.

A terminologia, sob essa perspectiva, possui dimensão discursiva, situacional e ideológica. Em ambientes midiáticos, termos são apropriados e ressignificados em disputas simbólicas. A cobertura da Aids nos anos 1980 evidencia esse fenômeno: as denominações veiculadas não apenas nomearam a doença, mas produziram categorias sociais, identidades, fronteiras morais e regimes de estigmatização.

A articulação entre OC, TCT e Análise Crítica do Discurso (ACD) permite compreender esse processo de modo mais amplo. Hjørland (1998) defende que documentos são artefatos histórico-sociais destinados a comunicar e preservar conhecimento, o que inclui jornais. Entendidos dessa forma, jornais não são meros suportes informacionais, mas documentos institucionais que produzem efeitos de permanência e ordenação social (Andersen; Skouvig, 2006).

Desse modo, as notícias funcionam como dispositivos classificatórios que produzem efeitos de OC fora dos sistemas formais de documentação. A terminologia dos jornais integra repertórios semânticos que orientam a compreensão pública de fenômenos, interferindo na construção de memórias coletivas, identidades e categorias de interpretação.

Diante disso, a aplicação conjunta possibilita identificar como termos associados à Aids foram selecionados, estabilizados, transformados ou rejeitados no discurso jornalístico, bem como os efeitos culturais e ideológicos decorrentes dessa circulação.

Nas últimas décadas, consolidou-se no campo da OC uma vertente de estudos críticos dedicada a examinar os efeitos sociais, culturais e políticos dos sistemas classificatórios. Essa perspectiva argumenta que instrumentos documentários, como classificações, tesouros e vocabulários controlados, não são estruturas neutras, mas artefatos sociotécnicos que refletem valores, disputas discursivas e regimes de poder presentes nas comunidades discursivas que os produzem.

Nesse sentido, terminologias discriminatórias ou estigmatizantes podem influenciar tanto a estrutura semântica desses sistemas quanto as condições de acesso à informação por determinados grupos sociais. No contexto da epidemia de Aids, a presença de denominações moralizantes na esfera pública evidencia como processos

de nomeação e categorização participam da construção da memória social da doença, tornando necessário que os Sistemas de Organização do Conhecimento considerem tais registros históricos de forma crítica e contextualizada.

Essa base fundamenta a seção seguinte, dedicada à análise dos termos como unidades discursivas responsáveis por organizar cognitivamente a construção social da doença.

4 Resultados: estrutura categorial do domínio terminológico

Os resultados são apresentados sob a forma de uma estrutura categorial do domínio “Aids e estigma na imprensa brasileira dos anos 1980”, construída a partir das unidades terminológicas identificadas no corpus. Essa estrutura compõe um sistema preliminar com seis classes terminológicas principais, 24 relações associativas e 11 relações hierárquicas, sintetizado no Quadro 1. Cada termo foi tratado como unidade cognitivo-documentária e analisado em termos de categoria de enquadramento, posição na rede semântica e efeitos potenciais sobre a recuperação da informação.

O Quadro 1, apresentado a seguir, resume a aplicação dessa modelagem às unidades terminológicas identificadas no corpus jornalístico, explorando de modo a subsidiar a ideia de uma construção de um sistema de organização do conhecimento tentando contribuir para processos de recuperação da informação.

A modelagem categorial envolve: (a) identificação do termo como unidade documental e cognitiva; (b) mapeamento de variantes formais e terminológicas; (c) definição contextual derivada do uso situado; (d) determinação da categoria de enquadramento ativada (etiologização, moralização, grupo-identidade, risco social, metáfora punitiva etc.); (e) explicitação de sua posição no sistema semântico e de suas relações (hierárquicas, associativas e funcionais); e (f) análise dos efeitos potenciais sobre a recuperação e a ocultação de sentidos, isto é, aquilo que o termo permite encontrar e o que tende a invisibilizar.

Desse modo, a estrutura categorial proposta não se limita a descrever um vocabulário historicamente situado. Ao explicitar classes, relações e efeitos de recuperação associados às denominações estigmatizantes da Aids, o estudo oferece insumos concretos para a construção de tesouros, listas de autoridades terminológicas e estratégias de indexação em acervos hemerográficos.

Em termos de recuperação da informação, o repertório modelado permite tanto a identificação de notícias marcadas por terminologia discriminatória quanto o desenho de filtros temáticos e facetados que distingam diferentes regimes de nomeação da doença ao longo da década de 1980. Dessa forma, a análise terminológico-discursiva converte-se em base para a OC em sentido estrito, contribuindo para sistemas de organização do conhecimento orientados à memória social da epidemia.

Quadro 1 - Esboço de um sistema de organização e recuperação da informação

Unidade terminológica (UT)	Forma e variantes	Definição contextual	Categoria de enquadramento	Relações semânticas	Efeitos de recuperação
câncer gay	“câncer gay”, “câncer que ataca homossexuais”, “vírus causa câncer gay”	Aproxima Aids da classe “câncer”, produzindo equivalência entre patologia letal e grupo identitário.	Etiologização; identidade-grupo; metáfora punitiva; risco social.	Hiperônimo: doença/câncer; associação: grupo de risco, morte.	Recupera letalidade e ameaça; oculta políticas de cuidado e universalidade epidemiológica.
peste gay	“peste gay”, “peste dos gays”, “peste moderna”, “novos leprosos”	Insere Aids no conjunto histórico das “pestes”, ativando imaginário de punição e contágio incontrolável.	Metáfora punitiva; risco social; identidade-grupo.	Associação: lepra, perigo, fronteiras, isolamento.	Recupera narrativas de alarme social; oculta saúde pública e políticas institucionais.
doença de homossexuais	“doença de homossexuais”, variantes estruturalmente próximas	Funciona como classe descritiva excludente que restringe a doença a um grupo identitário.	Identidade-grupo; moralização; etiologização social.	Quase sinonímia com UTs identitárias; oposição eles × nós.	Recupera culpabilização identitária; oculta diversidade epidemiológica.
síndrome gay	“síndrome gay”, “síndrome dos homossexuais”	Converte a Aids em síndrome indexada à homossexualidade, legitimando primeira classificação midiática.	Identidade-grupo; etiologização; risco social.	Equivalência com UTs identitárias; associação com perigo e entrada de gays.	Recupera origem identitária; oculta disputa científica GRID/AID → AIDS.
doença gay	“doença gay”, “doença dos gays”	Categoria condensada sob a qual outras UTs identitárias são subsumidas.	Identidade-grupo; moralização.	Associação com câncer gay, mal dos gays.	Recupera acusação generalizante; oculta clínica e dados epidemiológicos.
mal dos gays	“mal dos gays”, “terrível mal dos gays”	Substitui estatuto médico por categoria axiológica de castigo/pecado.	Moralização; metáfora punitiva.	Associação com léxico religioso: pecado, castigo, degeneração.	Recupera discursos punitivos; oculta cuidado, direitos e cidadania.

Fonte: Dados de pesquisa.

4.1 Síndrome gay

O termo “síndrome gay”, bem como sua variação “síndrome dos homossexuais”, destaca-se entre as primeiras e mais recorrentes denominações atribuídas à Aids pela imprensa brasileira na década de 1980. O levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional registrou os termos em vinte notícias, veiculadas por diferentes órgãos de imprensa, identificados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Jornais que noticiavam sobre “Síndrome Gay”

Jornal	ocorrências	Ano
Tribuna da Imprensa (RJ)	9	1983
Correio Braziliense (DF)	5	1983
Jornal dos Sports (RJ)	4	1983 e 1985
O Fluminense (RJ)	3	1983 e 1984
Diário da Manhã (PE)	1	1983
Última Hora (RJ)	1	1983
Cidade de Santos (SP)	1	1983
Total	24	7 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

A tabela evidencia que o termo “síndrome gay”, também registrado como “síndrome dos homossexuais”, teve ampla circulação na imprensa brasileira, com maior frequência em 1983. A Tribuna da Imprensa (RJ) concentrou nove ocorrências, seguida pelo Correio Braziliense (DF) com cinco, o que indica a difusão nacional do termo e sua inserção em veículos de relevância política.

Observa-se também a presença no Jornal dos Sports, demonstrando que o termo não se restringiu a editorias de saúde ou política, alcançando espaços ligados ao lazer e ao esporte. Essa circulação ampliada contribuiu para associar a Aids a valores de anormalidade e exclusão, reforçando a percepção de incompatibilidade entre homossexualidade e padrões sociais hegemônicos.

Registros pontuais em veículos como O Fluminense, Diário da Manhã, Última Hora e Cidade de Santos confirmam a disseminação do vocabulário estigmatizante em diferentes regiões, embora de modo desigual. A imprensa, assim, não apenas

reproduziu rótulos médicos internacionais como o *Gay-Related Immune Deficiency* (GRID), mas contribuiu para consolidar a associação entre Aids e homossexualidade.

A repetição do termo “síndrome gay” reforçou a vinculação entre identidade sexual e degeneração física, deslocando o debate sanitário para o campo da moralidade. Um exemplo desse processo está no título *Perigo Gay*, publicado pela Tribuna da Imprensa em 1983, que informava sobre “mais de sessenta casos” na França, designava a doença como “síndrome gay” e sugeria a necessidade de controlar a entrada de homossexuais no país (Tribuna da Imprensa, 1983). A formulação em questão extrapolava o relato factual e alinhava-se a uma racionalidade de controle social, em que a orientação sexual era convertida em marcador para práticas discursivas de vigilância e exclusão.

Figura 2 - Tribuna da Imprensa, 23-25 abr. 1983



Fonte: Tribuna da Imprensa (1983).

Mesmo com poucas evidências científicas sobre a etiologia e a transmissão da Aids, o discurso jornalístico assumiu tom alarmista, fomentando pânico e reforçando estigmas. A matéria *Perigo Gay* (Tribuna da Imprensa, 1983) exemplifica esse

enquadramento ao tratar pessoas acometidas como ameaças à ordem sanitária e social, deslocando o foco do cuidado e prevenção para a vigilância e exclusão. Esse discurso associava sexualidade, contágio e degenerescência, consolidando a ideia de um “grupo de risco” a ser isolado:

Mais de sessenta casos na França do chamado “Síndrome gay”, a doença americana que além de mortal em quatro sobre dez casos só ataca os meios homossexuais do outro Atlântico [...] se a coisa aumenta, como estão prevendo haverá mesmo controle de fronteira – com exame médico – a entrada de gays no país (Tribuna da Imprensa, 1983, p. 11).

Ao sugerir, ainda que de forma implícita, uma política de controle migratório baseada na orientação sexual, a matéria reforçava uma lógica de exclusão em seu enunciado. Ao afirmar que a doença atingia apenas “os meios homossexuais”, reduziu-se a complexidade epidemiológica da Aids e propagou-se uma falsa relação de causalidade, comprometendo a resposta pública e alimentando o estigma. Em vez de informar de modo crítico e educativo, o jornalismo contribuiu para a difusão da culpabilização e da desinformação.

O termo “síndrome gay” também foi empregado de forma explícita na grande imprensa brasileira no início dos anos 1980. Exemplo disso é a manchete do Correio Braziliense, publicada em 1983: *Síndrome Gay mata dois em Nova Iorque*. O título replicava discurso já presente na mídia internacional, associando diretamente a doença a uma identidade sexual específica. O uso do verbo “matar”, de forte apelo sensacionalista, aliado ao rótulo “síndrome gay”, intensificava o efeito estigmatizante e direcionava a percepção pública para uma noção de risco social vinculada à homossexualidade masculina.

Figura 3 - Correio Braziliense, 3 jun. 1983.



Fonte: Correio Braziliense (1983).

Esse enunciado exemplifica o mecanismo de rotulação descrito por Goffman (1988), por meio do qual se marginalizam indivíduos afetados e se dificultam respostas sociais baseadas na solidariedade, no cuidado universal e no reconhecimento da dignidade humana. Em vez de promover o esclarecimento público, a cobertura jornalística reforçou vínculos simbólicos entre identidade sexual e enfermidade, consolidando estigmas duradouros.

No caso da Aids, o estigma foi potencializado pela linguagem midiática, difundindo-se a ideia de um "grupo de risco" a ser isolado, vigiado e responsabilizado pelo avanço da epidemia. A repetição do termo "síndrome gay" nos veículos analisados constituiu-se como estratégia de rotulação e como instrumento de difusão de um enquadramento moralizante da epidemia. Tal escolha lexical mobilizava sentidos que justificavam a marginalização, retardavam políticas públicas abrangentes e reforçavam fronteiras de exclusão, consolidando-se um imaginário estigmatizante que perduraria ao longo da década.

4.2 Mal dos gays

A presença do termo “Mal dos Gays” na imprensa brasileira mostrou-se pontual, com apenas dois registros localizados, no Diário de Pernambuco (1984) e em O Pasquim (1985). Essa baixa recorrência explica-se pelo fato de outras designações, como “síndrome gay”, já se encontrarem consolidadas no vocabulário jornalístico desde 1983, alcançando maior circulação e aparente legitimidade científica. O termo “mal”, por sua vez, apresentava conotação fortemente moralizante, associada a ideias de pecado, punição e degeneração, o que restringiu sua difusão nos meios de comunicação, conforme demonstrado na Tabela 2.

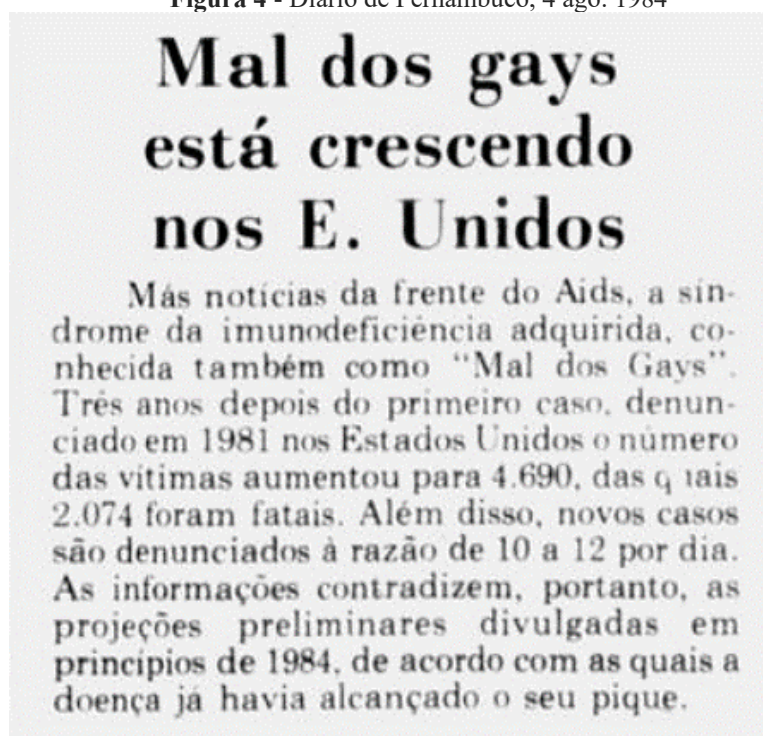
Tabela 2 - Jornais que noticiavam sobre o termo “Mal dos Gays”

Jornal	ocorrências	Ano
Diário de Pernambuco (PE)	1	1984
O Pasquim (RJ)	1	1985
Total	2	2 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

O uso do termo em jornais de perfis editoriais distintos, um de grande circulação no Nordeste e outro voltado à crítica cultural no eixo Rio-São Paulo, demonstra que se tratava de uma variação discursiva instável, que não chegou a consolidar-se como rótulo dominante. Ainda assim, reconhece-se sua relevância discursiva, pois evidencia-se a inscrição da Aids em um campo de julgamento moral, reforçando-se a articulação entre homossexualidade, perigo social e exclusão.

Figura 4 - Diário de Pernambuco, 4 ago. 1984



Fonte: Diário de Pernambuco (1984).

Mesmo quando a circulação do termo ocorria de forma isolada, o seu uso contribuía para sedimentar um vocabulário estigmatizante que extrapolava o campo médico e inscrevia a Aids em uma ordem discursiva marcada pelo julgamento moral e pela exclusão social. No caso do “Mal dos Gays”, observa-se que a linguagem funcionava como marcador simbólico de inferiorização, projetando-se sobre o sujeito afetado não apenas a condição de contaminado biologicamente, mas também de degradado social e moralmente.

Nesse mesmo contexto, o caráter alarmista com que se noticiava o crescimento da doença nos Estados Unidos produzia o efeito de intensificação do medo social, acionando-se a ideia de um “perigo estrangeiro” iminente. A linguagem jornalística, portanto, não apenas informava, mas também disciplinava, reiterando-se fronteiras simbólicas entre “normal” e “anormal”, “sadio” e “perigoso”. Dessa forma, mesmo termos pontuais como “Mal dos Gays” participavam ativamente da constituição de um imaginário excludente e moralizador, que dificultava o enfrentamento ético, científico e inclusivo da epidemia.

Além disso, a utilização esporádica do termo não reduzia seu impacto na construção do imaginário coletivo. Ao contrário, demonstra-se que a sua presença em veículos de ampla circulação no Nordeste evidenciava que o processo de estigmatização da Aids, ao vincular a homossexualidade à anormalidade e à decadência, ultrapassava fronteiras regionais e disseminava narrativas que legitimavam preconceito e discriminação.

4.3 Doença gay

Outro exemplo dessa lógica discursiva aparece no termo “doença gay”, registrada no Diário de Pernambuco em 1983. O termo reforça a ideia de uma causalidade direta entre orientação sexual e enfermidade, atribuindo à homossexualidade o estatuto de fator patológico.

Tabela 3 - Jornais que noticiavam sobre o termo “Doença Gay”

Jornal	Ocorrências	Ano
Diário de Pernambuco (PE)	4	1982; 1983; 1988
Tribuna da Imprensa (RJ)	4	1985 e 1987
Correio Braziliense (DF)	2	1983 e 1984
Jornal do Brasil (RJ)	2	1985 e 1987
Jornal do Commercio (AM)	1	1985 e 1987
Diário de Natal (RN)	1	1985
Total	14	6 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

A análise dos dados da Tabela 3 evidencia padrões significativos na cobertura jornalística do termo “Doença Gay” nos anos 1980. O Diário de Pernambuco (PE) e a Tribuna da Imprensa (RJ) concentram o maior número de ocorrências (quatro cada), distribuídas ao longo de diferentes anos, sugerindo que certos periódicos reproduziam de forma recorrente discursos estigmatizantes sobre a epidemia de Aids. As menções não se restringem a um único episódio, indicando a consolidação de um imaginário moralizante associado à homossexualidade.

Outros jornais, como o Correio Braziliense e o Jornal do Brasil, registram apenas duas ocorrências, enquanto o Jornal do Commercio (AM) e o Diário de Natal

(RN) apresentam menções pontuais. Essa variação pode refletir diferenças regionais, editoriais e de circulação, bem como o grau de centralidade política e social dos periódicos.

Figura 5 - Diário de Pernambuco, 16 set. 1983



Fonte: Diário de Pernambuco (1983).

O recorte temporal concentra-se entre 1983 e 1985, fase inicial da epidemia no Brasil, marcada pela ausência de respostas científicas consolidadas e pela amplificação do medo social. Nesse contexto, o emprego do termo “Doença Gay” evidencia a adoção de um discurso jornalístico de caráter moralizante e sensacionalista, responsável por reforçar estigmas e associar a homossexualidade à marginalidade.

Por conseguinte, a análise demonstra que a mídia não se limitava a informar sobre a nova enfermidade, mas operava como instância de produção simbólica, contribuindo para a construção social do estigma e para a conformação de percepções e comportamentos diante da Aids.

4.4 Doença de homossexuais

Um outro termo recorrente foi “Doença de homossexuais”, que condensava a insuficiência de conhecimento científico e a cristalização de estereótipos sociais, reproduzidos em diferentes periódicos e regiões. A Tabela a seguir ilustra esse processo, evidenciando a circulação de um vocabulário discriminatório sustentado por discursos moralizantes, os quais contribuíram para a marginalização da homossexualidade.

Tabela 4 - Jornais que noticiavam sobre o termo “Doença de homossexuais”

Jornal	Ocorrências	Ano
Jornal do Brasil (RJ)	7	1985; 1986; 1987; 1989
Diário de Pernambuco (PE)	6	1982; 1985; 1987; 1989
Correio Braziliense (DF)	4	1983; 1987; 1989
Diário de Natal (RN)	4	1985 e 1989.
O Fluminense (RJ)	3	1985
Jornal do Commercio (AM)	3	1986 e 1987
Cidade de Santos (SP)	3	1985 e 1987
Tribuna da Imprensa (RJ)	2	1987
Diário do Pará (PA)	2	1987 e 1989
O Liberal (PA)	2	1989
O Pioneiro (RS)	2	1989
A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) 1 ocorrência	1	1987
O Poti (RN)	1	1987
O Pasquim (RJ)	1	1987
A Tribuna (SP)	1	1987
Correio de Notícias (PR)	1	1987
Jornal do Commercio (RJ)	1	1985
Correio do Norte (SC)	1	1989
Total	45	18 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

A Tabela 4 mostra o aumento da variedade de jornais que utilizaram o termo “Doença de homossexuais” ao longo da década de 1980, sinalizando a expansão da cobertura da Aids e a permanência de discursos estigmatizantes na imprensa. O Jornal do Brasil (RJ) e o Diário de Pernambuco (PE) concentram o maior número de menções, sete e seis, entre 1982 e 1989, o que revela a continuidade de narrativas moralizantes e sensacionalistas sobre a homossexualidade.

Figura 6 - Diário de Pernambuco 30 mar. 1982



Fonte: Diário de Pernambuco (1982).

Outros jornais, como o Correio Braziliense (DF) e o Diário de Natal (RN), registram quatro ocorrências cada, o que confirma a difusão do discurso pejorativo em diferentes regiões. Entre 1985 e 1989, jornais de perfis diversos, de O Fluminense (RJ) ao Correio do Norte (SC), também passaram a empregar o termo, consolidando sua presença no repertório jornalístico da época. A circulação em veículos menores, como A Luta Democrática (RJ), indica que até mesmo jornais voltados à crítica política reproduziam parte do estigma.

Esse período, de 1985 a 1989, foi o de maior frequência do termo, coincidindo com o crescimento da atenção midiática e da visibilidade pública da epidemia. A ênfase na homossexualidade como eixo explicativo da doença silenciava outras formas de transmissão e reduzia a compreensão da diversidade de perfis epidemiológicos.

4.5 Peste gay

Outro termo recorrente foi “Peste Gay”, utilizado para designar a epidemia de Aids e reforçar estigmas vinculados à homossexualidade masculina. A termo, de caráter sensacionalista, evidencia como a imprensa participou da construção social do medo e da exclusão de grupos classificados como de risco. A Tabela 5 ilustra esse processo, registrando a difusão do termo em diferentes jornais ao longo da década de 1980.

Tabela 5 - Jornais que noticiavam sobre “Peste Gay”

Jornal	Ocorrências	Ano
A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ)	23	1983; 1984; 1985.
A Tribuna (SP)	6	1983 e 1985
Diário do Pará (PA)	6	1985; 1986; 1990.
Jornal do Brasil (RJ)	5	1987; 1988; 1989.
Cidade de Santos (SP)	5	1982; 1984; 1985; 1987
O pioneiro (RS)	4	1984; 1986; 1988; 1989;
Correio Braziliense (DF)	3	1983 e 1987
Diário de Pernambuco (PE)	3	1983; 1984; 1985.
Jornal dos Sports (RJ)	3	1985
Tribuna da Imprensa (RJ)	3	1985 e 1986
Diário de Natal (RN)	2	1983; 1987;
Diário da Manhã (PE)	2	1985
O Fluminense (RJ)	1	1983
Alto Madeira (RO)	1	1985
O pasquim (RJ)	1	1987
Jornal do Commercio (RJ)	1	1985
Total	69	16 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

A Tabela 5 indica que o termo “Peste Gay” teve ampla circulação na imprensa brasileira durante a década de 1980. Observa-se maior concentração em jornais de perfil alternativo ou de menor alcance nacional, com destaque para A Luta Democrática (RJ), responsável por 23 ocorrências entre 1983 e 1985. Esse dado sugere que tais veículos exploraram de forma recorrente a linguagem sensacionalista, contribuindo para a intensificação do estigma em torno da homossexualidade masculina.

Além disso, periódicos de circulação estadual e nacional, como Jornal do Brasil (RJ), Cidade de Santos (SP) e Diário do Pará (PA), também reproduziram o termo, demonstrando que a narrativa moralizante se difundiu por diferentes regiões do país. O recorte temporal mostra maior incidência nos anos iniciais da epidemia (1982-1985), mas registra-se permanência do uso ao longo da década, acompanhando a expansão da cobertura jornalística sobre a Aids.

As evidências obtidas revelam que o emprego do termo “Peste Gay” reforçou a associação entre homossexualidade e doença em tom pejorativo e alarmista, consolidando preconceitos e ampliando processos de marginalização social. Evidencia-se, ainda, que termos dessa natureza tiveram impacto direto nas percepções de risco, como ilustrado pelo decréscimo de 16,4% nas doações de sangue nos Estados Unidos, vinculado ao medo de contaminação:

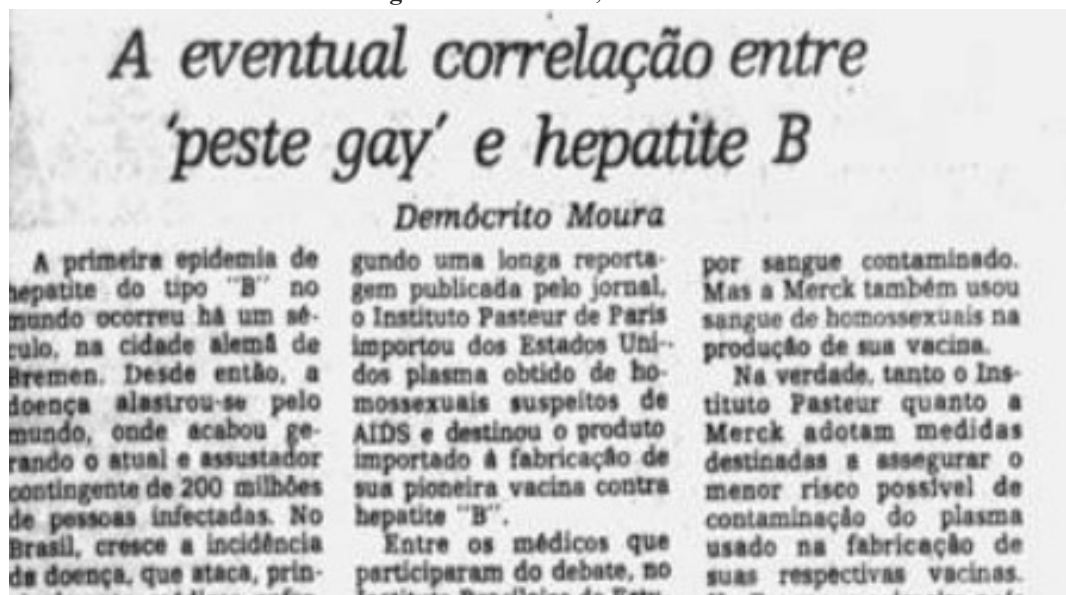
Os doentes da AIDS são chamados “os novos leprosos” e sofrem profundos danos psicológicos, coma rejeição de amigos, parentes e até funcionários dos hospitais [...] a maioria das vítimas da AIDS, também conhecida como “peste gay”, é formada por homossexuais, haitiano, hemofílicos e consumidores de drogas na veia (A Tribuna, 1983).

A declaração sintetiza os mecanismos de estigmatização que marcaram o imaginário social brasileiro nos primeiros anos da epidemia. Ao equiparar pessoas acometidas pela Aids aos “leprosos”, figuras historicamente associadas à exclusão, ao confinamento e à impureza, o discurso jornalístico reativava arquétipos de contágio moral e sanitário, projetando sobre o presente formas de rejeição simbólica herdadas da Idade Média.

Essa representação fomentou medo e desinformação, legitimou práticas institucionais de negligência, recusas de atendimento e isolamento compulsório, e agravou os danos psicossociais vivenciados pelos sujeitos atingidos. A cobertura

jornalística, ao recorrer a tais metáforas, desempenhou papel ativo na produção e reprodução de estigmas, comprometendo o direito à informação responsável e ao cuidado ético.

Figura 7 - A Tribuna, 19 set. 1983



Fonte: Moura (1983).

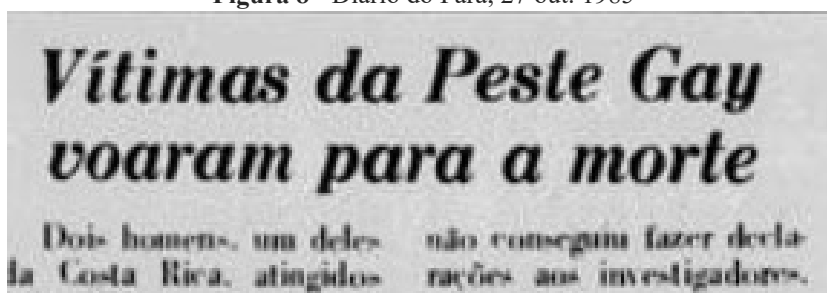
Entre os enquadramentos midiáticos identificados na década de 1980, destacam-se não apenas aqueles que associavam a Aids a metáforas de contágio e punição, mas também os que exploravam narrativas de sofrimento, abandono e autodestruição. Essas representações, veiculadas em tom sensacionalista, reforçavam a imagem da Aids como uma sentença inevitável, marcada pela degradação física e pela ausência de perspectivas sociais ou existenciais.

Exemplo significativo dessa abordagem encontra-se em matéria publicada pelo Diário do Pará, em 1985, cuja manchete anunciava: *Vítimas da peste gay voaram para a morte* (Diário do Pará, 1985a). A formulação, ao articular a metáfora "peste gay" à ideia do suicídio como "voar para a morte", dramatiza o evento com forte apelo emocional e visual, produzindo sentidos que ultrapassam a função informativa. A construção linguística mobiliza estereótipos que vinculam a homossexualidade à noção de praga, reforçando a associação entre doença e degeneração moral. A sequência da matéria acrescenta detalhes que intensificam o teor trágico, ampliando o efeito de espetacularização do sofrimento:

Dois homens, um deles da Costa Rica, atingidos pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, cobriram seu apartamento no 35º andar com flores, fizeram um brinde e se jogaram por uma janela. Morrendo instantaneamente, revelou a polícia de Nova Iorque (Diário do Pará, 1985a, p. 7)

A construção da notícia recorre a imagens de ritualização da morte, intensificando o impacto imaginário e emocional do enunciado. Nesse contexto, evidencia-se a ausência de sensibilidade na abordagem de um tema marcado por sofrimento e incertezas, cuja gravidade demandava maior responsabilidade informativa. Ao contrário, a matéria reforça o imaginário da Aids como destino trágico, produzindo sentidos de exclusão e reiterando o estigma vinculado à homossexualidade masculina.

Figura 8 - Diário do Pará, 27 out. 1985



Fonte: Diário do Pará (1985a).

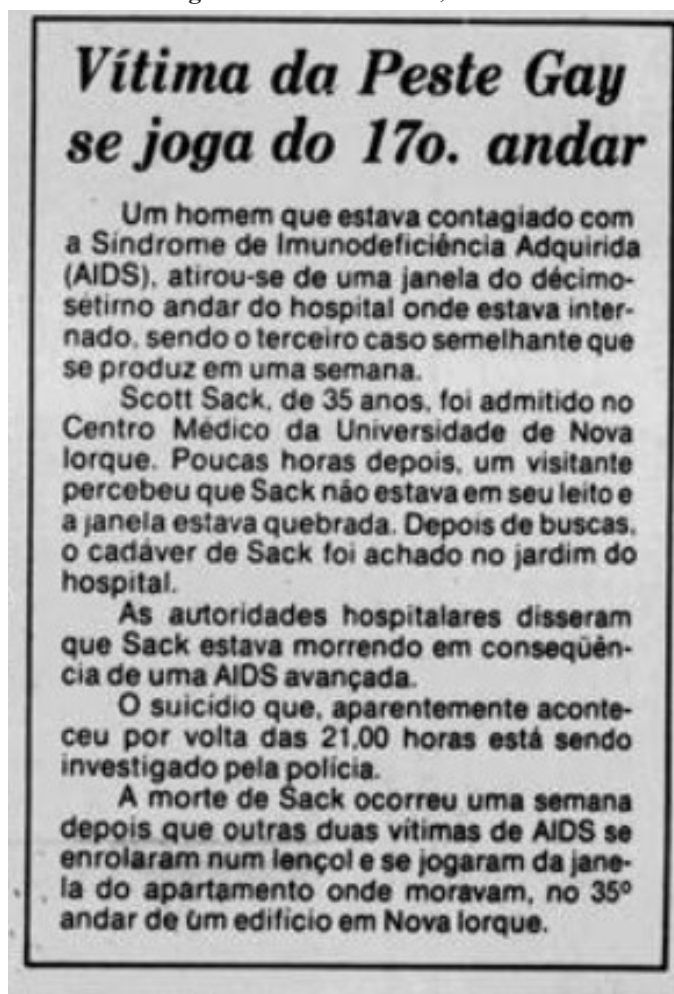
A metáfora “peste gay”, utilizada como marcador identitário de sujeitos diagnosticados com Aids, foi registrada em diferentes edições do Diário do Pará ao longo de 1985. Em uma segunda matéria, o jornal noticiou o suicídio de um homem soropositivo sob o título: *Vítima da peste gay se joga do 17º andar* (Diário do Pará, 1985b). A repetição do termo em mais de uma manchete revela um padrão de cobertura que associava a doença a situações de tragédia e desespero:

Um homem que estava contagiado com a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), atirou-se de uma janela do décimo sétimo andar do hospital onde estava internado, sendo o terceiro caso semelhante que se produz em uma semana [...] a morte de Sack ocorreu uma semana depois que outras duas vítimas de AIDS se enrolaram num lençol e se jogaram da janela do apartamento onde morava no 35º andar (Diário do Pará, 1985b, p. 7).

As constatações revelam a repetição de uma mesma fórmula narrativa, caracterizada pela ênfase na queda do corpo, na indicação exata do andar, na omissão

de nomes próprios e no destaque exclusivo à condição sorológica. Esse padrão contribuiu para a desumanização dos sujeitos, representados como símbolos de um mal social. Observa-se que a escolha lexical reforçou sentidos de condenação e patologização, sustentando a circulação de representações da Aids como sentença inevitável e da homossexualidade como desvio associado ao sofrimento e à morte.

Figura 9 - Diário do Pará, 2 nov. 1985



Fonte: Diário do Pará (1985b).

Além das matérias que associavam a Aids ao suicídio e à tragédia pessoal, o Diário do Pará (1985c, p. 7) publicou a notícia intitulada *Cuidados especiais contra a peste gay*. O enunciado evidencia uma operação discursiva que convertia a doença em ameaça coletiva, ao mesmo tempo em que atribuía aos sujeitos homossexuais o papel de agentes contaminadores. O emprego da metáfora “peste gay” reforçou a

representação da Aids como enfermidade moralmente carregada, ultrapassando sua dimensão estritamente sanitária.

Figura 10 - Diário do Pará, 29 dez. 1985



Fonte: Diário do Pará (1985c).

O termo “cuidados especiais”, nesse contexto, apresenta aparência de neutralidade sanitária, mas cumpre função disciplinadora. Ao sugerir práticas de contenção, vigilância e afastamento como medidas necessárias diante de um risco coletivo, a linguagem da prevenção deixa de informar e passa a naturalizar a exclusão. A articulação entre metáfora epidêmica e vocabulário técnico opera como dispositivo de reforço do estigma.

O título *Cuidados especiais contra a peste gay* (Diário do Pará, 1985c, p. 7), em vez de orientar sobre saúde pública, aciona sensacionalismo e pânico moral. A formulação privilegia a retórica do medo, consolida estereótipos e projeta fronteiras simbólicas entre os considerados “normais” e os marcados como “desviantes”.

Essa dinâmica alinha-se à análise de Goffman (1988): o estigma reduz a pessoa a um traço socialmente indesejável e legitima sua rejeição. No caso da Aids, o discurso jornalístico estabiliza a homossexualidade como ameaça e desloca o cuidado em saúde para práticas simbólicas de isolamento e censura moral, instituindo um campo semântico em que o risco se fixa em identidades.

A apresentação da homossexualidade como risco coletivo, sob a linguagem técnica da prevenção, evidencia que a cobertura atuou não apenas como mediação informativa, mas como produtora de sentidos excludentes. O efeito discursivo é a legitimação de vigilância, isolamento e culpabilização, dificultando políticas públicas ancoradas na universalidade do cuidado.

Em paralelo, outra matéria do Diário do Pará em 1986 noticia a inauguração do primeiro hospital norte-americano dedicado ao tratamento e à pesquisa da Aids,

com estrutura especializada para atendimento. O registro indica avanço institucional e compromisso com o cuidado e a produção científica, revelando a coexistência, no mesmo período, de narrativas estigmatizantes e iniciativas de enfrentamento.

Figura 11 - Diário do Pará, 4 set. 1986



Fonte: Diário do Pará (1986).

Apesar disso, o título da matéria recorreu novamente o termo “peste gay”, articulando-a a um tom alarmista e sensacionalista. Essa dissonância revela a maneira como o discurso jornalístico da época, mesmo ao tratar de iniciativas positivas, mantinha a lógica de enquadramento da Aids como ameaça moral e coletiva. O uso reiterado da metáfora da peste, mesmo em contextos que demandariam sobriedade e respeito, reforçava o campo simbólico da exclusão e da patologização da homossexualidade.

O título, ao mobilizar o termo “peste gay”, ofuscava o caráter informativo da matéria e reinscrevia os sentidos de medo, desconfiança e marginalização. Essa estratégia discursiva, comum nos jornais da década de 1980, contribuiu para a consolidação de um estigma duradouro, sustentado por imagens de contágio e punição moral. A análise do caso evidencia, portanto, como a construção dos títulos jornalísticos operava não apenas como síntese do conteúdo, mas como instrumento ativo de reforço simbólico da discriminação.

Figura 12 - Jornal dos Sports 21 set. 1985



Fonte: Jornal dos Sports (1985a).

4.6 Câncer gay

Dentre as terminologias estigmatizantes identificadas na cobertura jornalística da década de 1980, o termo “câncer gay” apresentou notável recorrência, figurando como uma dos termos mais utilizadas pela imprensa brasileira no período.

Tabela 6 - Jornais que noticiavam sobre “Câncer Gay”

Jornal	ocorrências	Ano
Última Hora (RJ)	21	1983 e 1984
O Fluminense (RJ)	18	1983; 1984; 1985
Jornal dos Sports (RJ)	15	1984; 1985
Jornal do Brasil (RJ)	14	1983; 1984; 1985; 1987; 1988; 1989.
Correio Braziliense (DF)	12	1983 e 1984
Diário de Pernambuco (PE)	12	1983 e 1984
A Tribuna (SP)	11	1983; 1984; 1985
Tribuna da imprensa (RJ)	8	1983 e 1985
Diário de natal (RN)	7	1984; 1985; 1988
Jornal do Commercio (RJ)	6	1983; 1985; 1987
A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ)	5	1983; 1984
O pasquim (RJ)	5	1983 e 1984
Diário da Manhã (PE)	4	1983
O pioneiro (RS)	4	1983; 1984
Alto Madeira (RO)	3	1983; 1985
Jornal do Commercio (AM)	2	1985; 1986;
Cidade de Santos (SP)	2	1983; 1984
Correio de notícias (PR)	1	1987
Total	150	18 jornais

Fonte: Dados de pesquisa.

A Tabela 6 demonstra que o termo “Câncer Gay” teve ampla e recorrente circulação na imprensa brasileira durante os anos iniciais da epidemia de Aids, especialmente entre 1983 e 1985. Periódicos como Última Hora (RJ), O Fluminense (RJ) e Jornal dos Sports (RJ) concentram o maior número de ocorrências, indicando que jornais de grande circulação no Rio de Janeiro foram particularmente ativos na disseminação de terminologia sensacionalista e estigmatizante.

Outros jornais, tanto de circulação nacional como Jornal do Brasil (RJ) e Correio Braziliense (DF), quanto regionais, como Diário de Pernambuco (PE) e Diário de Natal (RN), também veicularam o termo, demonstrando a difusão do discurso moralizante para diferentes regiões e públicos. A frequência elevada do

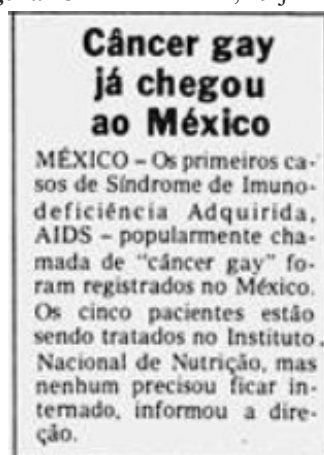
termo nos anos iniciais da epidemia evidencia o impacto do desconhecimento científico e do medo social sobre a produção jornalística, reforçando preconceitos e contribuindo para a marginalização de indivíduos homossexuais.

O uso do termo “Câncer Gay” evidencia, mais uma vez, como a imprensa não apenas informava sobre a Aids, mas construía e consolidava estigmas sociais, criando um imaginário de associação entre homossexualidade e doença que perdurou ao longo da década de 1980.

A disseminação do termo “câncer gay” evidencia um padrão discursivo que associa a Aids à homossexualidade de forma reducionista e patologizante. Ao empregar uma metáfora biomédica de forte carga negativa, a linguagem jornalística não apenas reforçava o vínculo simbólico entre sexualidade dissidente e morte, como também inscrevia a epidemia no campo da punição moral. A ideia de um “câncer” específico de uma minoria sexual operava como dispositivo retórico de exclusão, fomentando o medo coletivo e legitimando atitudes discriminatórias contra indivíduos acometidos pela doença.

Um exemplo significativo da forma como a imprensa reforçava o alarme público, mesmo quando os conteúdos informativos não justificavam o tom sensacionalista, pode ser encontrado na edição do jornal Última Hora, de 29 de julho de 1983. A manchete da matéria anunciava que o *Câncer gay já chegou ao México* (Última Hora, 1983a), utilizando uma terminologia estigmatizante e alarmista que associava diretamente a doença a um grupo social específico.

Figura 13 - Última Hora, 29 jul. 1983



Fonte: Última Hora (1983a).

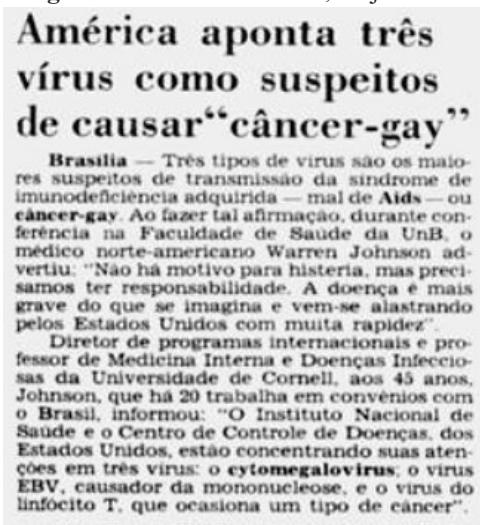
No corpo da reportagem, contudo, informava-se que os pacientes diagnosticados estavam sendo acompanhados clinicamente e que nenhum deles havia precisado de internação hospitalar. Ainda assim, o título induzia à percepção de uma ameaça iminente e geograficamente em expansão, contribuindo para alimentar o medo coletivo.

Em um contexto histórico em que as informações sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ainda eram incipientes e marcadas por incertezas científicas, a adoção de títulos dessa natureza operava como reforço de um imaginário social baseado na associação entre homossexualidade, contágio e risco à ordem pública. A escolha lexical por termos como “câncer gay” não apenas reiterava a marginalização simbólica de determinados sujeitos, mas também contribuía para a consolidação de estigmas duradouros sobre a doença e seus acometidos.

O contraste entre o conteúdo moderado da notícia e a manchete sensacionalista revela o papel ativo da mídia na construção discursiva do pânico moral, deslocando o foco da informação sanitária para a dramatização do perigo e a intensificação da exclusão social.

Outra ocorrência reveladora do modo como a imprensa mobilizou discursos biomédicos para sustentar narrativas estigmatizantes pode ser observada na matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 11 de junho de 1983, sob o título alarmista *América aponta três vírus como suspeitos de causar câncer gay* (Jornal do Brasil, 1983).

A reportagem fazia referência à hipótese de que três agentes virais: o *cytomegalovirus*; o vírus *Epstein-Barr* (EBV); vírus do linfócito T. Estariam relacionados à etiologia da doença, então popularmente chamada de “câncer gay”. Ainda que o conteúdo da matéria apresentasse dados médicos e discutisse possibilidades em investigação pela comunidade científica, a escolha da manchete operava no registro do sensacionalismo, fixando novamente o vínculo indevido entre orientação sexual e enfermidade.

Figura 14 - Jornal do Brasil, 11 jun. 1983

Fonte: Jornal do Brasil (1983).

A exposição do termo “câncer gay” como unidade semântica no título evidencia um processo de condensação simbólica que, mesmo diante de informações técnicas, reforçava o enquadramento excludente e patologizante da homossexualidade.

Em um cenário de baixa literacia científica e de grande influência da imprensa na formação da opinião pública, esse tipo de construção discursiva contribuía para consolidar um imaginário coletivo em que a doença era percebida não como um problema de saúde pública universal, mas como um fenômeno restrito a um “grupo de risco” moralmente identificado. Conforme argumenta Van Dijk (2018), a repetição de determinadas categorias discursivas nos meios de comunicação naturaliza sentidos e hierarquiza sujeitos sociais, influenciando práticas sociais e políticas públicas de forma duradoura.

Observa-se que na reportagem do Última Hora (RJ) de 1983 afirmava que a Aids, referida como “Câncer Gay”, ainda não apresentava registros oficiais de casos pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, indicando desconhecimento sobre a ocorrência da doença no estado (Última Hora, 1983b).

Figura 15 - Última Hora, 27 out. 1983



Fonte: Última Hora (1983b).

A reportagem do Última Hora (RJ), publicada em 1983, ao tratar a Aids como “Câncer Gay”, focalizou-se na região da Lapa e narrou-se a morte de Negra Elza, travesti conhecida como “Boneca de Ouro” do bloco carnavalesco Unidos do Cabral. Observou-se o uso do verbo “matou”, evidenciando um enfoque sensacionalista que associava de forma direta a doença à morte da pessoa, sem qualquer cuidado jornalístico. Reforçaram-se, assim, estigmas e ampliou-se o impacto alarmante da notícia.

Dois anos depois, em 1985, no Jornal dos Sports, retomou-se o mesmo episódio, utilizando-se igualmente a expressão “Câncer Gay” para noticiar a morte de Negra Elza. A escolha do título, em que se afirmava que a doença “matou uma travesti” e em que se alertavam os homossexuais, intensificou o caráter alarmista da cobertura. Nesse caso, destacou-se ainda mais o sensacionalismo, por estar presente em um veículo voltado ao público esportivo, ampliando-se a circulação do estigma ao associar a Aids exclusivamente à população homossexual. Dessa forma, transformou-se a doença em ameaça imediata, carregada de valores morais, o que reforçou o medo, o preconceito e a discriminação.

Figura 16 - Jornal dos Sports, 6 mar. 1985



Fonte: Jornal dos Sports (1985b).

Com base nos exemplos analisados, que evidenciam o uso de palavras de forte impacto e a associação direta da Aids à população homossexual, observa-se uma transição da análise de casos pontuais para a identificação sistemática dos termos mais recorrentes na imprensa. Nessa perspectiva, tornou-se possível mapear não apenas a frequência de ocorrência das denominações, mas também os padrões de circulação e a intensidade editorial, o que revela estratégias consistentes de construção de estigmas e de produção de alarmismo moral em torno da doença.

Ao término da análise das designações empregadas pelos jornais, identificaram-se seis termos que se destacaram por sua recorrência e por seu efeito estigmatizante: “câncer gay”, “peste gay”, “doença de homossexuais”, “síndrome gay”, “doença gay” e “mal dos gays”. A Tabela 7 reúne essas ocorrências, evidenciando tanto sua circulação nos diferentes jornais quanto a intensidade com que foram exploradas. Dessa forma, torna-se possível identificar padrões de sensacionalismo, moralização e cristalização de estigmas sociais em torno da Aids e das populações a ela associadas.

Tabela 7 - Termos mais utilizados

Termos estigmatizantes	Quantidades de Jornais	Total de notícias
Cancer gay	18	150
Peste gay	16	69
Doença de homossexuais	18	45
Síndrome gay	7	24
Doença gay	6	14
Mal dos gays	2	2
Total	—	304

Fonte: Dados de pesquisa.

A Tabela 7 evidencia não apenas padrões de estigmatização, mas uma estrutura categorial informal que organiza o fenômeno da Aids na cobertura jornalística dos anos 1980. Os termos mais recorrentes foram câncer gay e peste gay, ambos carregados de forte conotação moralizante. O primeiro aparece em 18 jornais, somando 150 notícias, o que indica ampla circulação e uso reiterado em diferentes contextos editoriais; o segundo, registrado em 16 jornais, concentrou 69 notícias, revelando menor dispersão, porém exploração mais intensa em regimes de manchete sensacionalista.

Em termos de OC, tais denominações operam como categorias etiologizantes e punitivas: inscrevem a Aids em classes semânticas associadas à ideia de castigo, degeneração e ameaça, orientando leituras que deslocam o problema do campo da saúde pública para um campo moral. Já o termo doença de homossexuais, embora também presente em 18 jornais, com 45 ocorrências, atua predominantemente como categoria identitária, ao fundir diagnóstico e identidade sexual, convertendo um agravo em marcador de pertencimento a um grupo social.

As formas síndrome gay (sete jornais, 24 notícias) e doença gay (seis jornais, 14 notícias) reforçam essa lógica classificatória, consolidando um regime de nomeação em que a homossexualidade deixa de ser apenas grupo mencionado e passa a constituir eixo de classificação do próprio fenômeno patológico. Ainda que mal dos gays (dois jornais, duas notícias) apresente baixa frequência absoluta, sua formulação sintagmática explicita o enquadramento moralizante que atravessa o domínio, condensando em uma única expressão o par doença/grupo culpabilizado.

Em conjunto, esses termos configuram um subdomínio terminológico estigmatizante, no qual se articulam categorias de etiologização, moralização, risco social e identidade-grupo. No âmbito da Organização do Conhecimento, a sistematização dessas recorrências torna possível explicitar relações hierárquicas, por exemplo, Aids aparece como categoria geral, desdobrando-se em “doença de homossexuais” e, posteriormente, em denominações metafóricas como “câncer gay” e “peste gay” e relações associativas entre metáforas punitivas, rótulos identitários e categorias de risco. Tal estrutura contribui para a construção de vocabulários controlados e instrumentos de representação voltados a acervos hemerográficos, conforme exposto no Quadro 1.

Essa sistematização, quando transposta para instrumentos de Organização do Conhecimento, permite converter o quadro apresentado em artefato de indexação, aplicável tanto à elaboração de vocabulários controlados quanto ao desenvolvimento de sistemas de busca especializados.

A formalização das entradas terminológicas segue o modelo adotado em vocabulários controlados e tesouros no campo da Organização do Conhecimento. Nesse modelo, estabelece-se um único termo preferido (TP), correspondente à denominação cientificamente consolidada, ao qual se vinculam os demais termos registrados como termos não preferidos (TNP), utilizados historicamente no corpus analisado. Cada registro terminológico inclui ainda nota de escopo, categoria conceitual, relações hierárquicas (RH) e relações associativas (RA), elementos que permitem explicitar a posição do termo no domínio conceitual e orientar sua recuperação em sistemas de organização da informação.

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)

Categoria conceitual: Doença infecciosa / imunodeficiência viral adquirida

Termo preferido (TP)

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)

Termos não preferidos (TNP)

1. Câncer Gay
2. Peste Gay
3. Doença gay

4. Doença de Homossexuais
5. Síndrome Gay
6. Mal dos Gays

Relação hierárquica (RH)

RH: Doenças infecciosas

RH: Doenças virais

Relações associativas (RA)

RA: HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana)

RA: Epidemias

RA: Estigma social

RA: Comunicação em saúde

Nota de escopo: Condição clínica resultante da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), caracterizada pela deterioração progressiva do sistema imunológico e pela ocorrência de infecções oportunistas e neoplasias associadas.

O exercício de controle de vocabulário apresentado nesta pesquisa não teve a finalidade normativa imediata, mas caráter analítico e demonstrativo. Ao sistematizar as denominações utilizadas pela imprensa brasileira na década de 1980, buscou-se evidenciar como determinadas unidades terminológicas participaram da construção social da epidemia e da produção de estigmas associados à homossexualidade masculina.

Do ponto de vista da OC, o mapeamento dessas formas discursivas permite compreender como terminologias historicamente situadas influenciam a estrutura semântica de domínios informacionais e podem afetar processos de indexação, recuperação e interpretação da informação. Ainda que os SOC's não tenham sido objeto de implementação nesta pesquisa.

Assim, ainda que este estudo não tenha se dedicado à implementação de um sistema terminológico formal, a modelagem apresentada evidencia a importância de registrar essas denominações em vocabulários históricos e instrumentos documentários, assegurando sua recuperação controlada e contribuindo para a preservação da memória social da epidemia.

5 Considerações finais

A análise desenvolvida evidenciou que as terminologias veiculadas pela imprensa brasileira na década de 1980 constituem um domínio terminológico dotado de estrutura categorial e relações semânticas internalizadas. As designações “câncer gay”, “peste gay”, “doença de homossexuais”, “síndrome gay”, “doença gay” e “mal dos gays” atuaram como unidades terminológicas com capacidade classificatória, integrando um repertório estigmatizante que articula doença, identidade sexual e risco moral como atributos semanticamente vinculados a um mesmo conjunto conceptual.

No plano da OC em sentido estrito, a modelagem realizada permitiu explicitar dimensões necessárias à constituição de um protossistema de organização do domínio analisado. Para cada unidade terminológica identificada, foram registradas: a forma preferida e variantes linguísticas; a definição contextual extraída do corpus jornalístico; a categoria de enquadramento acionada (etiologização, moralização, identidade-grupo, risco social, metáfora punitiva); e as relações hierárquicas e associativas estabelecidas entre termos. A análise dos efeitos da recuperação informação indicou quais segmentos documentais cada termo tende a fazer emergir, bem como quais conjuntos permanecem ocultados em decorrência de seu uso.

Esse conjunto de procedimentos resultou na identificação de uma arquitetura categorial que pode subsidiar o desenho de instrumentos documentários. O domínio apresenta relações hierárquicas (por exemplo, “Aids” como categoria-núcleo, desdobrada em subclasses identitárias, como “doença de homossexuais”, e estas, por sua vez, especificadas em metáforas punitivas, como “câncer gay” e “peste gay”) e relações associativas (entre rótulos identitários, categorias de risco e sintagmas etiológicos). A sistematização dessas relações produz insumos para a construção de um vocabulário controlado histórico, para tesouros temáticos e para políticas de indexação aplicadas a acervos hemerográficos.

No plano dos instrumentos, a descrição terminológica evidencia que a redução de ambiguidades depende da explicitação de formas preferidas, variantes, notas de escopo e registros de uso. O deslocamento histórico identificado da série estigmatizante para denominações biomédicas estabilizadas, requer registro documental para que percursos de busca permitam tanto a recuperação controlada de rótulos socialmente marcados quanto a contextualização de seus efeitos de estigma.

Em bases de informação, tal registro viabiliza percursos de busca que considerem simultaneamente denominações históricas e termos não marcados atuais, otimizando a recuperação da informação e o acesso à memória documental da epidemia.

A análise reforça que instrumentos de representação e recuperação da informação são condicionados pelas categorias que os estruturam. A inscrição reiterada de determinados termos em suportes documentais implica sedimentação de classes e efeitos cognitivos e sociais. Por essa razão, a formulação de políticas de OC, em seu sentido amplo e estrito, deve incorporar diretrizes para o registro explícito de terminologias historicamente utilizadas, inclusive aquelas de caráter discriminatório. Em sistemas atuais de OC, tais expressões não devem figurar como termos preferidos, mas como termos não preferidos vinculados à denominação científica adequada. Esse procedimento permite preservar a recuperação histórica da informação, ao mesmo tempo em que assegura adequação terminológica e sensibilidade cultural nos instrumentos documentários, princípio frequentemente associado à noção de hospitalidade cultural discutida nos estudos críticos da Organização do Conhecimento.

Em termos de desdobramentos aplicáveis à área, os resultados apresentados não se limitam à descrição histórica do vocabulário jornalístico, mas oferecem insumos para o desenvolvimento de instrumentos documentários voltados à memória social da epidemia. A estrutura categorial proposta pode subsidiar, em etapa futura, a elaboração de um protótipo de Sistema de Organização do Conhecimento, tal como tesouro temático, lista de autoridade ou esquema facetado, direcionado à indexação, representação e recuperação de notícias em acervos hemerográficos, especialmente no contexto da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Dessa forma, reafirma-se a pertinência do estudo no campo da Ciência da Informação, ao evidenciar sua capacidade de produzir base conceitual com potencial de aplicação técnico-documentária. Como limites, registra-se que o corpus analisado restringe-se a sete jornais de grande circulação e à década de 1980. Ainda assim, os resultados já demonstram que a articulação entre análise terminológica, modelagem categorial e instrumentos de OC constitui uma via aplicável para fundamentar sistemas de representação sensíveis às dimensões históricas e ético-sociais.

Referências

A TRIBUNA. AIDS faz cair as doações de sangue. **A Tribuna**, São Paulo, 9 jul. 1983.

ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. Knowledge organization: a sociohistorical analysis and critique. **Library Quarterly**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 300-322, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/511139>. Acesso em: 16 maio 2022.

BARITÉ, Mario *et al.* **Diccionario de organización del conocimiento:** clasificación, indización, terminología. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2015.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e AIDS**. O remédio via justiça: um estudo sobre o acesso a novos medicamentos e exames em HIV/AIDS no Brasil por meio de ações judiciais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BROUGHTON, Vanda; HANSSON, Joacim; HJØRLAND, Birger; LÓPEZ-HUERTAS, Maria J. Knowledge organization. *In*: LOR, Paul Johan; BRITTEN, Judith; DEKKER, Annemarie (org.). **European curriculum reflections on library and information science education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005.

CABRÉ, M. Teresa. **La terminología:** representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

CENTER FOR DISEASE CONTROL (CDC). pneumocystis pneumonia - Los Angeles. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta, v. 30, n. 21, p. 250-252, 5 June 1981a.

CENTER FOR DISEASE CONTROL (CDC). Follow-up on Kaposi's sarcoma and Pneumocystis pneumonia. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta, v. 30, n. 33, p. 409-410, 28 Aug. 1981b.

CENTER FOR DISEASE CONTROL (CDC). Current trends: update on acquired immune deficiency syndrome (AIDS) - United States. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta, v. 31, n. 37, p. 507-508, 24 Sept. 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. Síndrome gay mata dois em Nova Iorque. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 jun. 1983.

CRIMP, Douglas. **Melancholia and moralism:** essays on AIDS and queer politics. Cambridge: MIT Press, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-1993-4-211>. Acesso em: 15 maio 2023.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2006-1-11>. Acesso em: 15 maio 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Doença de homossexuais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 mar. 1982.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Doença gay começa com febre, muita diarreia e perda de peso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 set. 1983.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mal dos gays está crescendo nos E. Unidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 ago. 1984.

DIÁRIO DO PARÁ. Vítimas da peste gay voaram para a morte. **Diário do Pará**, Belém, 27 out. 1985a.

DIÁRIO DO PARÁ. Vítima da peste gay se joga do 17º andar. **Diário do Pará**, Belém, 2 nov. 1985b.

DIÁRIO DO PARÁ. Cuidados especiais contra a peste gay. **Diário do Pará**, Belém, 29 dez. 1985c.

DIÁRIO DO PARÁ. Peste gay ganha um hospital. **Diário do Pará**, Belém, 4 set. 1986.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Resposta à Aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 26, n. 1, p. 87-94, 2009.

GUIMARÃES, José Augusto. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Isa Maria Freire (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007183>. Acesso em: 23 set. 2024.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2003-2-87>. Acesso em: 22 set. 2022.

HJØRLAND, Birger. **Social organization of knowledge**. [S. l.: s. n.], 2007.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>. Acesso em: 22 set. 2022.

JORNAL DO BRASIL. América aponta três vírus como suspeitos de causar “câncer-gay”. **Jornal do Brail**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1983.

JORNAL DOS SPORTS. Aids: maconha abre caminho para o vírus da peste gay. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 21 set. 1985a.

JORNAL DOS SPORTS. Cancer gay mata travesti a alarma os homossexuais. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985b.

KRIEGER, Maria Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. Introdução à Terminologia: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2018.

MARQUES, Maria Cristina Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. supl., p. 41-65, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000400003>. Acesso em: 18 ju. 2025.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. Brasília: ANCIB, 2008.

MENEGHIN, Paolo. Entre o medo da contaminação pelo HIV e as representações simbólicas da AIDS: o espectro do desespero contemporâneo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 399-415, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62341996000300005>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MOURA, Demócrito. A eventual correlação entre “peste gay” e hepatite. **A Tribuna**, São Paulo, 19 set. 1983.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SADALA, Maria Lúcia Araújo; MARQUES, Sílvio de Alencar. Vinte anos de assistência a pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil: a perspectiva de profissionais da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2369-2378,

2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100011>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora e Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THE NEW YORK TIMES. New homosexual disorder worries health officials. **The New York Times**, New York, 11 May 1982.

TREICHLER, Paula A. **How to have theory in an epidemic**: cultural chronicles of AIDS. Durham: Duke University Press, 1999.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Perigo gay. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23-24 abr., 1983.

ÚLTIMA HORA. Câncer gay já chegou no México. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1983a.

ÚLTIMA HORA. Rio não tem como curar câncer gay. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 27 out. 1983b.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

Words that wound: a terminological-discursive analysis of AIDS in the Brazilian press in the 1980s

Abstract: This study examines journalistic coverage of AIDS in Brazil during the 1980s, emphasizing the role of language in the production of social stigmas. In this context, initial scientific uncertainty, combined with sensationalist media approaches, favored the association of the disease with male homosexuality. Based on this observation, the research aimed to map and analyze the most recurrent terminologies used in the press, with the purpose of understanding how these lexical choices reinforced discriminatory representations and consolidated collective imaginaries anchored in fear and blame. The investigation is qualitative, with a documental and bibliographic nature, grounded in the Communicative Theory of Terminology and Critical Discourse Analysis. The corpus was constructed through a systematic survey in the Digital Newspaper Library of the National Library of Brazil, encompassing articles published between 1980 and 1989 in seven national and regional newspapers. In addition, official reports from the Centers for Disease Control were consulted to contextualize the emergence of the syndrome in the international scenario. The results provide contributions to Knowledge Organization by systematizing a terminological repertoire that may be integrated into controlled vocabularies and information-retrieval instruments. It is concluded that the press played a significant role in reproducing prejudice and consolidating stigmas, thereby hindering the development of public health responses grounded in equity and scientific rigor. It is concluded that the press played a decisive role in the reproduction of prejudices and the consolidation of stigmas, hindering the development of public health responses based on equity and scientific rigor. Terminological analysis, combined with a discursive perspective, demonstrates the relevance of journalistic information in the social construction of AIDS.

Keywords: AIDS; terminology; knowledge organization; journalistic discourse; stigma

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro

Coleta de dados: Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro

Análise e interpretação de dados: Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro

Redação: Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro

Revisão crítica do manuscrito: Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Autoria para correspondência

Alessandra Nunes de Oliveira
alessandra.nunes@unesp.br

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Palavras que ferem: análise terminológico-discursiva da Aids na imprensa brasileira nos anos de 1980. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-149951, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.149951>

Recebido: 01/09/2025
Aceito: 01/04/2026

Copyright (c) 2026 Alessandra Nunes de Oliveira, Jetur Lima de Castro. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

